

ENSINO DE HISTÓRIA NO BRASIL: OS BANTOS E A CULTURA AFRICANA

Elisângela Magela Oliveira
Doutoranda, no Programa de Pós-graduação em Educação UFU

Floriana Rosa da Silva
Professora da Rede Pública de Ensino
flordahistoria@yahoo.com.br

Um dos capítulos mais deplorável da história brasileira foi o vil comércio humano que perdurou quase quatro séculos. Dessa prática nasce a escravidão dos negros africanos no Brasil. Entre a África e a América existia um longo caminho. Após capturados, os africanos eram comercializados na maioria das vezes na forma de *escambo*¹, na troca por mercadorias como aguardente, tabaco, tecidos, armas entre outros. A viagem pelo Atlântico não era fácil. Os tripulantes eram acometidos de diversos males, sofriam de severas privações, em especial os negros, a alimentação era restrita e escassa, *os tumbeiros*² navegavam superlotados e doenças como a varíola, febres, fraquezas, e o *banzo*³ causavam inúmeras mortes.

Por um longo período no Brasil o estudo da História dos negros africanos tinha início em sua captura na África, de sua importância enquanto mão-de-obra, quanto muito o reconhecimento de suas influências na dança, na música, na alimentação e na religião. E o que ocorreu antes, ficou em páginas em branco no primeiro capítulo de uma livro de História no mínimo mal contada.

Percebemos que o antigo currículo escolar privilegiou e supervalorizou por muito tempo uma história baseada nos padrões culturais europeus, em especial no modelo francês.⁴ No entanto, uma grande porcentagem dos povos brasileiros são descendentes dos povos africanos. Frente a essa constatação e pensando em superar tamanha carência na formação escolar, a Lei 10.639 foi aprovada no dia 09 de janeiro de 2003 e tornava obrigatório o ensino de história da África e da história e cultura afro-brasileira. A Lei busca colocar um fim aos preconceitos raciais que vivemos no Brasil. Este tipo de estudo permite a valorização e a identificação das múltiplas identidades que convivem no país, busca a construção de uma sociedade mais justa e democrática.⁵

Apesar da aprovação da Lei 10.639, muito ainda resta a ser feito no sentido de contemplar os estudos da história da África. A temática, ainda é abordada de forma superficial e resumida nos livros didáticos, a literatura específica ainda é pouco conhecida no Brasil, não que ela não exista, mas o seu acesso ainda é bastante restrito deixando a temática longe de contemplar o proposto pela Lei. Desta forma buscamos trazer aqui uma breve reflexão sobre os povos bantos e suas culturas.

Os escravos que vinham para o Brasil foram desterrados de diversas etnias e de diferentes regiões africanas. A África Centro-Occidental, desde o século XVI já era habitada por uma variedade de povos organizados em aldeias, confederações e reinos, com uma movimentação populacional intensificada e um tráfico intenso de escravos. Mas, esta variedade é difícil de ser reconstruída devido à ausência de fontes escritas e à constante mistura entre aqueles povos. Com o passar dos anos, eles acabaram por constituir uma unidade lingüística e puderam ser organizados em uma mesma família à qual os estudiosos denominaram *banto*.⁶ O banto, porém, não é nenhuma língua ou povo específico, mas um macrogrupo com características lingüísticas e culturais semelhantes. Posteriormente, os estudiosos constataram que em quase todas as palavras existiam as letras *ntu*, com o sentido de gente, pessoa, indivíduo.

Hoje em dia são conhecidas 450 línguas banto e segundo pesquisas arqueológicas, houve um processo de dispersão de grupos de agricultores que conheciam a cerâmica e os instrumentos de pedra, em direção à África Centro-Occidental, os quais começaram a se constituir em torno de 1500 a.C. Um aspecto que chama a atenção é o fato de que a unidade lingüística e cultural desses povos é, sobretudo, destacada para o conjunto que ficou conhecido como Angola.

Entretanto, a superioridade numérica e tecnológica dos grupos bantos levou ao predomínio de sua língua sobre as línguas faladas pelos nativos, apesar das contribuições que esses povos deram. A primeira organização foi do tipo familiar, sendo que os clãs formavam unidades residenciais e lingüísticas. Havia a prevalência da exogamia, de modo que, as mulheres que vinham de outros grupos de parentescos acabavam por aprender a língua de seus maridos. Com isso, nascia uma estrutura social, formada da comunidade multiclânica. Formava-se, assim, uma *etnia*, com base em uma comunidade lingüística e instituições similares. Outros fatores também contribuíram

para que a unidade de língua fosse sendo disseminada e propagada, como foi o caso do processo de expansão territorial, da língua e dos costumes, o que se deu fundamentalmente pelos casamentos e alianças matrimoniais.

Segundo Marina de Mello e Souza, “a família banto”, além de ter promovido a expansão dos povos, foi a forma básica a partir da qual os indivíduos se definiam.”.⁷ Toda e qualquer pessoa era, antes de mais nada, pertencente a uma família e a um clã. Havia uma solidariedade tecida por estas estruturas e fundamentada na noção de cada indivíduo pertencer e ligar-se à ancestralidade, tendo em vista que os laços de sangue constituíam os fatores mais importantes e fortes de união. Assim, “(...) a organização em aldeias estruturadas em torno de algumas famílias era a norma básica desses grupos”.⁸ Posteriormente, com o aumento da população, da agricultura, foram sendo formadas vilas e cidades, levando a confederações e reinos.

No que tange à política, pode-se constatar que no mundo banto o poder era concentrado nas mãos dos chefes religiosos e militares. Havia toda uma rede de solidariedade fundada, em grande parte, em laços matrimoniais. Na África Centro-Occidental, o poder do rei estava diretamente ligado ao poder religioso, ainda quando o rei tivesse ganho sua posição pelo uso da força militar e, posteriormente, pelo controle do tráfico de escravos, mas, acima de tudo, o papel religioso era o que justificava o seu direito de governar. O povo pagava tributos aos chefes, que eram, ao mesmo tempo, seus líderes religiosos. Em troca disso, os chefes deveriam garantir a presença da chuva, a caça e a colheita com sucesso e ainda a permanência de relações harmônicas dentro do clã.

Apesar da existência de vários povos: bacongo, ambundo, ovimbundos, jaga, tio, vili, zombo, e tantos outros envolvidos no tráfico de escravos da América Centro-Occidental, ainda com suas particularidades, mantinham afinidades lingüísticas e culturais, podendo ser designados de forma comum no macrogrupo dos *bantos*, o que não dificultou a mistura de linguagens, beneficiada enormemente pelo tráfico negreiro. Entretanto, *banto* é uma designação genérica, criada a partir de afinidades lingüísticas. O termo nação, por sua vez, foi empregado desde muito cedo para identificar a origem étnica dos africanos levados para outros países. A esse respeito

(...) os europeus do séculos XVII, que tiveram contato com os escravos africanos nas Américas, perceberam que estes estavam divididos em várias nações (para os portugueses e espanhóis), que também usavam os termos geração e casta, ou country (para os ingleses) e terre (para os franceses)⁹

Nesta identificação de uma identidade particular, eram consideradas principalmente a língua e a origem como elementos básicos de classificação. A palavra *nação* era então utilizada para designar grupos que se originaram de uma mesma região, partilhando um governo comum, costumes semelhantes, um mesmo território e interesses próximos.

Por outro lado, os colonizadores classificavam os escravos traficados acrescentando ao nome cristão do escravo, a nação a ele atribuída. Com isso, uma vez que a procedência era registrada, acabava se transformando em atributo do nome, como uma espécie de identidade que acompanha o escravo pelo resto de sua vida, mesmo depois de liberto. Neste processo de constituição de novas identidades, o escravo tinha que aprender a assimilar e reelaborar as classificações atribuídas pelo colonizador.

Mas, escravos iam construindo, a seu modo, novas formas de ações e novos arranjos que estavam ligados às novas condições de vida no cativeiro. Sendo assim, ao estudar as sociedades africanas, os estudiosos preferem utilizar o conceito de etnia ao de nação, por ser mais fácil de se adequar à maleabilidade destas culturas, extremamente fragmentadas mesmo na África, além de formadoras de uma vasta gama de representações culturais a partir do contato com os europeus.

As formas de comportamentos organizadas em instituições e pautadas pelas idéias e condutas dos indivíduos criaram uma maior aproximação entre eles, que dividiam os mesmos códigos culturais e a mesma história. Neste sentido, podemos dizer que: “Sobre tais identificações históricas e culturais se funda o conceito de etnia, que abarca os que supõem ter uma ascendência comum, base da identidade do grupo e da sua distinção com relação à sociedade abrangente”. Porém, o conceito de etnia surgiu quando os estudiosos das sociedades se depararam com situações em que os diferentes grupos culturais passaram a interagir, a participar de relações marcadas por diferenças ligadas à origem, à territorialidade, à História, etc; ele surgiu, deste modo, para explicar as culturas de acesso diferenciado ao poder. Neste sentido, temos que: “Enquanto o

termo nação remetia ao olhar dos colonizadores, que agrupavam os africanos a partir da relação que mantinham com eles, etnia busca identificar características internas aos grupos, considerando as relações de poder nas quais estão inseridos”¹⁰

A identidade étnica é construída não pelas diferenças em si, mas pela consciência destas diferenças, uma vez que elas ganham significados quando se inserem em sistemas sociais. “A etnicidade serve, portanto, para pensar diferentes origens que se pautam por diferentes instituições sociais.”¹¹ Nesta perspectiva, passou-se a valorizar os aspectos culturais no lugar de privilegiar a identificação geográfica, deixando de lado o etnocentrismo e voltando o olhar para a percepção das lógicas internas ao grupo que está sendo estudado.

O termo *nação*, no século XIX, no Rio de Janeiro, era a palavra mais usada para designar todos os grupos africanos, buscando referir-se aos pequenos grupos étnicos ou grandes reinos que os africanos acabaram deixando para trás. Porém, do mesmo modo, usava-se o termo para referir-se aos novos grupos formados no Rio de Janeiro. Acima de tudo, devemos perceber que:

*o conceito de nação era uma categoria imposta pelo colonizador escravista, e que ao ser adotada pelos grupos que nomeava, isto se deu num processo de construção de novas identidades numa situação de dominação, não refletindo características africanas originais.*¹²

Apesar dos primeiros estudiosos da cultura afro-brasileira acabarem por dividir os africanos escravizados em dois grandes grupos: bantos e sudaneses, os observadores estrangeiros, artistas, pesquisadores, já indicavam, mesmo antes daqueles estudiosos, a existência de uma variedade de etnias africanas, havia uma unidade cultural entre os diferentes povos ainda na África.

Porém, cada um dos povos africanos tinha as suas particularidades que o distinguia dos demais. Isso fez com que, por um lado, em muitos séculos, os povos da África Centro-Occidental convivessem lidando com a diversidade étnica mas, ao mesmo tempo, desenvolveram tradições, religiões comuns, partilhando culturas diferenciadas. Mas, estudos mostram que no Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX, existiam sete nações principais: Cabinda, Congo, Mina, Angola (ou Loanda), Cassanje (ou Angola), Benguela e Moçambique.

Os *congos* eram geralmente percebidos de forma positiva pelos senhores, uma vez que eles consideravam estes povos muito bons escravos devido às suas habilidades na agricultura, nos trabalhos artesanais e domésticos. As mulheres congolezas eram consideradas melhores escravas que as demais, de outros povos, por sua reputação de trabalharem com afinco. Esse era também um povo orgulhoso, daquele tipo que preserva suas tradições, coroando suas próprias rainhas e valorizando seus hábitos culturais.

Havia, também, tão numerosos ou mais que os bantos e cabindas, os *angolas*, escravos vindos das áreas controladas pelos portugueses. E tal como os congos, os *angolas* eram compostos por uma variedade de grupos étnicos que também eram bem vistos pelos dirigentes da sociedade escravista. Uma vez que o Rio de Janeiro recebeu grandes quantidades de escravos de regiões da Angola e do Congo Norte, esse era o estado que mais distribuía escravos para todo o Brasil, o que deixou aos cariocas um importante legado da África Centro-Occidental. Dessa forma: “(...) a influência banto na cultura afro-brasileira pode ser estendida para todas as regiões que receberam escravos africanos até o final do século.”¹³

Entretanto, quando foram trazidos os indivíduos de diferentes etnias de diversos pontos da África Centro-Occidental e ao serem agrupados pelo tráfico e pela escravidão, percebiam as semelhanças de situações que os uniam:

Ao serem arrancados de seus lugares de origem, transportados do interior da África pelos rios e rotas terrestres, agrupados nos portos de embarque, e depois da travessia do Atlântico, reagrupados nos plantéis, nos sítios, nas casas em que trabalhariam na condição de escravos, os indivíduos viviam processos traumáticos de quebra das estruturas sociais que davam as bases de sua inserção no mundo, tendo que encontrar novos termos de convivência e de apreensão da realidade ao seu redor.”¹⁴

Portanto, a escravidão e suas conseqüências trouxeram marcas profundas aos indivíduos que, após verem sua liberdade cerceada, não encontravam outra opção a não ser se adaptar àquela nova e cruel realidade que os separava de todos os seus referenciais culturais, seus hábitos de vida, suas crenças, suas visões de mundo. Vergonha para a humanidade, o período da Escravidão no Brasil descreveu a própria realização da barbárie em seu mais alto grau, quando pessoas de diferentes etnias se

viram no direito de decidir sobre a vida e o futuro de seus semelhantes. Este artigo constitui-se em mais uma bandeira erguida em favor da valorização das diferenças culturais e em detrimento de sua hierarquização. Espera contribuir para que o *respeito* possa ser pensado como o primeiro passo no relacionamento de culturas diferenciadas.

¹ Comercio realizado a base de troca de mercadorias.

² Tumbeiros ou navios negreiros – embarcações utilizadas no transporte dos negros recém escravizados.

³ Originada com os escravos que ficavam com "banzo".Eles geralmente usavam esta palavra quando sentiam saudades ou falta muito dolorosa de seu lugar de origem ou de uma pessoa em especial, muitos morriam de banzo, ou melhor, durante o período do banzo.

⁴ BITTENCOURT, Circe. Identidade nacional e ensino de História do Brasil. In: KARNAL, Leandro (org.). História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas. São Paulo: Contexto, 2003.

⁵ ABREU, Martha, SOIHET, Raquel e GONTIJO, Rebeca (org.). Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história. RJ: Civilização Brasileira, 2007.

⁶ MELLO E SOUZA, Marina de. Reis Negros no Brasil Escravistas: História da Festa de Coroação de Rei Congo. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002, p. 139.)

⁷ Idem, p.139.

⁸ Ibidem, p. 140

⁹ Ibidem, p. 139.

¹⁰ Ibidem, p. 142-43).

¹¹ Ibidem, p. 143).

¹² Ibidem, p. 143).

¹³ Ibidem, p. 146).

¹⁴ Ibidem, p. 147).

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manuel Correia de. O Brasil e a África. São Paulo: Contexto, 1989.

ABREU, Martha, SOIHET, Raquel e GONTIJO, Rebeca (org.). Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história. RJ: Civilização Brasileira, 2007.

BITTENCOURT, Circe. O saber histórico na sala de aula . São Paulo: Contexto, 1998.

_____. Ensino de História: fundamentos e métodos . São Paulo: Cortez, 2004.

_____. Disciplinas escolares: História e pesquisa. IN: OLIVEIRA, Marcus urélio Taborda de & RANZI, Serlei Maria Fischer (orgs.). História das disciplinas escolares no Brasil. Bragança Paulista:EDUSF, 2003.

_____. Identidade nacional e ensino de História do Brasil. In: KARNAL, Leandro (org.). História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas. São Paulo: Contexto, 2003.

_____. Livro didático e saber escolar – 1810 – 1910. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

BRASIL. Secretaria do Ensino Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais – História – 5 a. a 8 a . séries. Brasília: SEF/MEC, 1998. CARRETERO, Mario e outros. Ensino da História e memória coletiva . Porto Alegre: Artmed, 2007.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre o campo de pesquisa . Teoria & Educação, Porto Alegre, n. 2, p. 177-229, 1990.

FREIRE, Paulo e SHOR, Ira. Medo e ousadia - O cotidiano do professor. 5a . ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

GASPARELLO, Arlette Medeiros. Construtores de identidades: pedagogia da nação nos livros didáticos da escola secundária brasileira . São Paulo: Iglu, 2004.

MARTINEZ, Paulo. África e Brasil: uma ponte sobre Atlântico. São Paulo: Moderna, 1992.

MELLO E SOUZA, Marina de. Reis Negros no Brasil Escravistas: História da Festa de Coroação de Rei Congo. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.